

Senado conclui discussão do FEF, que será votado dia 5

No último dia de debate do Fundo de Estabilização Fiscal, Dutra e Ademir criticam o efeito retroativo da proposta de emenda constitucional e Patrocínio avisa que os estados estão perdendo receitas



Na sessão de sexta, o Senado encerrou a discussão de três emendas constitucionais

Terminou na sessão de sexta-feira a discussão da emenda constitucional que prorroga o FEF, a qual deverá ser votada, em primeiro turno, no dia 5 de novembro. Durante o debate, o senador José Eduardo Dutra afirmou que, se a proposta for aprovada, o Legislativo estará prorrogando o que não existe mais, pois o FEF deixou de vigorar em 31 de julho. Ademir Andrade acusou o governo federal de estar praticando um "ato de absoluta ilegalidade". Carlos Patrocínio avisou que o FEF está abalando as finanças dos estados. **Página 5**

Certidão gratuita de nascimento entra na pauta

O plenário do Senado deverá votar amanhã projeto de lei que determina aos cartórios a concessão gratuita do registro e da primeira certidão de nascimento, bem como da certidão de óbito, às pessoas carentes. Na sessão de sexta-feira, o senador José Fogaça propôs a criação de um fundo de equalização a fim de que os cartórios maiores ajudem os menores, assegurando a gratuidade. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Montadoras preocupam Jefferson

A ausência de uma política industrial e a instalação de montadoras de forma desordenada, atraídas pelos incentivos fiscais dos estados, preocupa o senador Jefferson Péres. Tais benefícios fiscais, segundo ele, podem ser uma bomba de efeito retardado na economia. **Página 8**

Gilvam defende legislação contra crime organizado

O senador Gilvam Borges espera que a Câmara dos Deputados vote o mais breve possível projeto de sua autoria que define os meios de prova e procedimentos investigatórios destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas. O projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Justiça do Senado. **Página 4**

1 O senador Osmar Dias defendeu o exame do projeto que disciplina o uso da biodiversidade e do que cria estímulo à contratação de jovens de 14 a 18 anos. **Página 6**

2 O Senado envia à Câmara dois projetos de lei aprovados terminativamente, entre eles o que prevê indenização ao dono de carro roubado em estacionamento. **Pág. 7**

Otoniel vê firmeza de FHC junto a Clinton

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) elogiou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela firmeza de propósitos manifestada ao defender o Mercosul durante a visita de Clinton ao Brasil. O senador classificou como correta a posição do presidente brasileiro de fortalecer os elos comerciais entre os países-membros do Mercosul antes de acertar a participação do país na Alca.

Ele lembrou que o presidente norte-americano reconheceu tanto a liderança exercida pelo Brasil no processo de



Otoniel: pavimentar caminhos

integração das Américas quanto o papel estratégico da aliança com a Argentina.

Otoniel Machado apontou a existência de obstáculos nas relações comerciais entre Bra-

sil e EUA para justificar o "não-apressamento" da implantação da Alca, entre os quais as barreiras impostas aos produtos brasileiros no mercado norte-americano.

Além disso, o déficit comercial de US 5 bilhões com os Estados Unidos, a seu ver, representa a necessidade urgente de uma revisão bilateral. O senador lembrou que a posição de potência emergente que o Brasil vem assumindo torna "indispensável uma pavimentação sólida dos caminhos para a globalização dos mercados".



Valmir: conceito negativo sobre classe política começa a ruir

TV Senado permite que cidadão fiscalize senadores, diz Valmir

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou sexta-feira a importância da TV Senado, afirmando que a sua criação, em 1996, representou uma conquista "extraordinária", tanto pela facilidade de acesso e de intercâmbio que se estabeleceu entre o eleitor e o parlamentar quanto pela divulgação dos trabalhos realizados pelos senadores.

A TV Senado está presente em quase todos os estados brasileiros. O cidadão passou a ter acesso direto à fonte e a conhecer a realidade do Senado, sem o risco das interpretações e insinuações tendenciosas que geralmente eram impostas à opinião pública através dos

meios de comunicação. Cada senador passou a ser fiscalizado pelos seus eleitores - disse.

Valmir Campelo assinalou que havia uma versão corrente dando conta de um pretenso "conceito negativo", por parte da população e o parlamentar quanto à divulgação dos trabalhos realizados pelos senadores.

Com as transmissões ao vivo da TV Senado, começou a ruir o tal "conceito negativo" da população sobre a classe política brasileira - concluiu Valmir Campelo.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (28.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: "PDL nº 57/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Coreia; "PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Francesa; "PDL nº 63/97, aprova o texto do Acordo, por troca de Notas Verbais, que prorroga, por um período adicional de dois anos, os artigos 10 (parágrafos 2 e 5), 11 (parágrafo 2b), 12 (parágrafo 2b) e 23 (parágrafo 3) da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, de 25 de abril de 1975, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino da Suécia; "PDL nº 64/97, aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino da Espanha; "PDL nº 65/97, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República da África do Sul; "PDL nº 66/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Libanesa; "PDL nº 67/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção Parcial de Exigência de Vistos, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Malásia; e o "Projeto de Resolução nº 132/97, autoriza o município de Linhares - ES a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município

Quarta-feira (29.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: "Requerimento nº 856/97, do senador Vilson Kleinübing, solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução 50/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 857/97, do senador Vilson Kleinübing, solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 80/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "Requerimento nº 858/97, do senador Vilson Kleinübing, solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº

115/96, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; "PDL nº 72/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Italiana; "PDL nº 73/97, aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Coreia; "PDL nº 75/97, aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho; "PDL nº 76/97, aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de Explosivos Plásticos para fins de Detecção; "PDL nº 87/97, aprova o texto do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático consular, administrativo e técnico; "PDL nº 88/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos; "PDL nº 89/97, aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais; "Projeto de Resolução nº 110/97, denega autorização ao município de Goio-Erê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Paraná S.A. no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos seriam destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como à aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná

Quinta-feira (30.10.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (31.10.97)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (28.10.97)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 45/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLS 183/97, que disciplina a criação dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Convidados: Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; Ana Mercês Bahia Bock, presidente do Conselho Federal de Psicologia; Rui Otávio Bernardes de Andrade, presidente do Conselho Federal de Administração; Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade; e Eseras Magalhães dos Santos Filho, presidente do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marlucio Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Waldeck quer evitar elevação do ICMS para a agricultura

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) informou sexta-feira que apresentou projeto para modificar a Resolução 22/89, visando resolver o problema decorrente da não-renovação de convênio que reduzia a carga tributária relativa ao ICMS cobrada sobre diversos insumos agropecuários.

Segundo Waldeck, com a caducidade do convênio celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), haverá "reflexos onerosos sobre os produtores agrícolas e sobre o consumidor brasileiro, que pagará mais pelos alimentos".

- A tributação integral des-



Waldeck: "reflexos onerosos"

ses insumos, com alíquotas de 17% ou 18% nas operações internas e de 12% ou 7% nas interestaduais, certamente trará aumento nos preços dos mesmos, com reflexos nocivos em toda a cadeia de produção agropecuária - previu o senador.

Dutra vê chance de vitória da oposição em Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu sexta-feira uma candidatura única de oposição ao governo de Sergipe nas próximas eleições. Ele considerou positiva a reunião da véspera dos dois possíveis candidatos pelo bloco das oposições, o ex-prefeito de Aracaju Jackson Barreto e o senador Antonio Carlos Valadares (PSB).

- Houve o consenso de que é fundamental manter a unidade das oposições em Sergipe, pois avaliou-se que a oposição terá oportunidade,



Dutra: oportunidade histórica

em 1998, de, pela primeira vez, derrotar os representantes das oligarquias no estado. Também decidiu-se que não dá para deixar isso para o segundo turno, pois sabemos que, no primeiro turno, sempre há um confronto inevitável entre candidaturas, ainda que sejam do mesmo campo - afirmou.

De acordo com Dutra, ficou decidida no encontro a realização de um seminário patrocinado pelos quatro partidos de oposição - PT, PC do B, PSB e PMDB - com o objetivo de fazer um diagnóstico científico da realidade, visando à apresentação de um programa de governo.

- É fundamental que aconteça a unidade das oposições, pois o projeto democrático e popular vai mudar os rumos da política no estado. Em Sergipe, ao contrário do Ceará e Pernambuco, nunca conseguimos tirar as oligarquias do poder. Quase ganhamos em 94, vencemos no primeiro turno e perdemos no segundo, mas as condições estão muito maduras para o ano que vem - assinalou.

Segundo o IBGE, 50 milhões de pessoas não têm certidão por falta de dinheiro para tirá-la. Projeto é do Executivo

Certidão grátis para pobre está na pauta de amanhã

Os senadores devem votar amanhã projeto de lei que pode acabar com um problema que afeta milhões de brasileiros, conforme estatística do IBGE - a falta do registro de nascimento. O projeto determina que os cartórios de registro civil não podem cobrar das pessoas pobres o registro e a primeira certidão de nascimento, assim como a certidão de óbito.

De iniciativa do presidente da República, o projeto já foi aprovado pelos deputados e, se receber votação favorável dos senadores, será encaminhado ao presidente, para sanção. A proposta determina que uma pessoa pobre que for registrar uma criança (ou adulto que for se registrar) deve assinar uma declaração de pobreza. Tratando-se de analfabeto, duas testemunhas devem assinar a declaração.



Josaphat: relator do projeto do registro

O relator do projeto na CCJ é o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Em junho último, o Senado aprovou outro projeto sobre gratuidade de registro de nascimento, desde que o documento seja destinado à obtenção de carteira de trabalho. A proposta foi relatada

na CAS pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que citou pesquisa do IBGE apontando aproximadamente 50 milhões de brasileiros sem registro de nascimento.

Os senadores vão apreciar 22 matérias em plenário esta semana, entre as quais acordos internacionais como o de Madeiras Tropicais, assinado em janeiro de 94. Consta ainda da Ordem do Dia, para votação amanhã, um pedido do governo para tomar um empréstimo de US\$ 275 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a financiar a segunda etapa do projeto de modernização da rodovia Fernão Dias (São Paulo-Belo Horizonte).

Fogaça propõe fundo para tornar viável a gratuidade

O senador José Fogaça (PMDB-RS) propõe a criação de um fundo de equalização para que os cartórios grandes ajudem os menores para assegurar a gratuidade do registro civil aos pobres. O fundo seria gerido pela entidade dos próprios cartórios, sem interferência estatal. Ele fez a sugestão ao lembrar o regime de urgência na tramitação do projeto de lei do registro civil, que, se aprovado sem alteração pelo plenário do Senado, seguirá à sanção presidencial.

Para o senador, o aspecto "irracional do projeto é que, justamente os cartórios mais pobres, que têm fontes mais precárias

de sustento e de arrecadação, são obrigados a fornecer o registro civil gratuito, enquanto os cartórios mais ricos, que têm fontes mais



Fogaça teme manipulação política

seguras, não têm essa obrigação".

Fogaça também discordou da ajuda com recursos pú-

blicos para compensar os cartórios de baixa arrecadação, prevista na proposição. "Os cartórios não podem ser compensados pelos impostos pagos pelos cidadãos", defendeu. Outro ponto questionado na matéria, pelo senador, é a atribuição do exercício da titularidade do registro civil às prefeituras.

- O registro feito em pequenos e distantes municípios pode prestar-se a uso político e a uma manipulação eleitoral - alertou.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) concordou com José Fogaça, destacando que o projeto, apesar dos aspectos positivos, tem alguns erros técnicos, além de causar problemas aos pequenos cartórios.

Verdadeiras empresas a serviço do crime atuam no país, sem uma legislação que garanta a repressão, constata o senador

Gilvam pede por projeto contra crime organizado

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse sexta-feira esperar que seja votado pela Câmara dos Deputados, o mais breve possível, projeto de sua autoria que define os meios de prova e procedimentos investigatórios destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas. O projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Depois de explicar que sua proposição visa inibir o fortalecimento e a expansão do crime organizado no país, ele alertou que estão se formando no Brasil, muitas vezes com conexões internacionais e usando sofisticada tecnologia, "verdadeiras organizações empresariais" para a prática de delitos.

Gilvam Borges elogiou as cláusulas incluídas no texto pelo relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), entre as quais está a que



Gilvam: instrumentos constitucionais para o combate

garante proteção especial aos partícipes ou associados em crimes que, voluntariamente, forneçam informações vitais ao desmantelamento dos grupos criminosos.

Na opinião do senador, o projeto oferece instrumentos para facilitar a ação do Ministério Público. Ele entende que a Lei 9.034/90, embora tenha sido editada com o objetivo de combater os crimes praticados por organizações, não trouxe instrumentos adequados à repressão do crime organizado. "Pior ainda, onde se

busca inovar, ou seja, nos procedimentos investigatórios, a lei incorre em sérias incompatibilidades com o texto constitucional", disse.

Gilvam Borges acredita que proposição a ser apreciada agora pela Câmara não contém qualquer vício constitucional. "devolvendo o Judiciário à sua posição de órgão julgador, imparcial e equidistante das partes e, ainda, atribuindo ao Ministério Público a titularidade que já lhe é garantida pela Lei Maior, da perseguição criminal".

Proposta de Campos dá garantia à emissão de cheque pré-datado

Com o argumento de que é preciso adaptar a legislação às transformações sociais, o senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei estabelecendo que o cheque pré-datado não poderá ter seu pagamento efetuado em data anterior à estipulada.

O senador lembra que o cheque pré-datado tem sido largamente utilizado, sobretudo pelas micro e pequenas empresas, representando hoje mais da metade dos cheques emitidos. "Ademais, sua utilização desburocratiza o sistema financeiro, pois o credor não precisa emitir documentos comprobatórios e o devedor não precisa se deslocar para efetuar o pa-



Campos: maior controle sobre os cheques pré-datados

gamento", acentua ele.

Conforme Júlio Campos, "o emitente do cheque pré-datado fica à mercê do portador, que, desejando, pode apresentá-lo para pagamento antes da data combinada, sem que aquele possa opor-se ao pagamento". O senador lembra ainda que o emitente respon-

sabiliza-se civil e administrativamente pela eventual falta de fundos nos casos de apresentação do cheque, ficando isento apenas da responsabilidade penal, se comprovar ter efetuado a emissão para pagamento em data futura, com a anuência do favorecido.

CONHEÇA O SENADO

Decisão terminativa das comissões agiliza trabalho

As comissões permanentes do Senado ganharam mais poder com a Constituição de 1988. Elas podem apreciar de forma terminativa, quer dizer, dispensando votação pelo plenário, uma série de matérias especificadas no Regimento Interno da Casa. Mais de trezentas propostas já foram votadas de maneira conclusiva pelas comissões do Senado, o que contribuiu para agilizar o trabalho legislativo e desobstruir a pauta de votação do plenário.

Entre as propostas que as comissões podem apreciar em caráter terminativo estão

os projetos de lei ordinária de autoria de senador (menos os projetos de código) e os projetos de resolução que visam a suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, assunto da competência privativa do Senado.

O presidente da Casa, ouvindo as lideranças partidárias, também pode conferir às comissões permanentes poder para decidir de forma conclusiva sobre algumas outras matérias, como: tratados ou acordos internacionais; autorização para a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas; alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares; e projetos de lei de deputados que tenham sido aprovados por comissão da Câmara em decisão terminativa.

QUALIDADE

Para a secretária-adjunta da Secretaria Geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, o poder das comissões

de decidir de forma conclusiva sobre essas propostas não diminui a qualidade do exame feito pela Casa. Claudia Lyra lembrou que, normalmente, a escolha dos membros de cada comissão é feita levando em conta a formação dos senadores, o que faz das comissões colegiadas específicos e competentes para apreciar as matérias a elas encaminhadas.

A secretária-adjunta também frisou que a possibilidade de as comissões decidirem terminativa-

Além da prerrogativa de emendar as propostas, os senadores podem trazer qualquer matéria para ser apreciada em plenário

mente sobre algumas matérias não diminui o poder dos senadores, nem do Senado como instituição. Isso porque, mesmo sendo analisadas somente pelas comissões, as proposições podem receber emendas de todos os senadores, obedecidos os prazos regimentais publicados diariamente no avulso da Ordem do Dia.

Além da prerrogativa de emendar as propostas, os senadores podem trazer qualquer matéria para ser votada pelo plenário. Para isso, é necessário que um recurso assinado por um décimo dos senadores seja encaminhado ao presidente do Senado, como estabelecem a Constituição e o Regimento da Casa. A falta de recurso, para Claudia Lyra, representa a concordância tácita dos senadores com a deliberação terminativa da comissão ou comissões que analisam a proposta.

Para o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, caso o Senado aprove a proposta do Executivo estará prorrogando o que não existe mais, pois o Fundo de Estabilização vigorou somente até julho de 1997

Prorrogação do FEF será votada dia 5

O plenário do Senado concluiu na sexta-feira a discussão de três propostas de emenda à Constituição, entre as quais a de iniciativa do presidente da República que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e que será votada, em primeiro turno, no dia 5 de novembro.

Outra emenda discutida foi a que dá ao Senado a prerrogativa de iniciar a discussão e a votação de projetos que interfiram nas relações federativas, de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), com substitutivo do senador Josaphat Mari-

nho (PFL-BA). Por fim, a que altera a data do recesso parlamentar em ano eleitoral, apresentada pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Essas duas propostas serão

Terminou o prazo de discussão da proposta de emenda de Jefferson Péres que altera o recesso parlamentar em ano eleitoral

submetidas agora a votação em primeiro turno, em data a ser definida.

Durante a discussão da emenda que prorroga o FEF, o líder do Bloco Oposição,

senador José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou que o Senado, se aprovar a proposta do Executivo, estará prorrogando o que não existe mais, já que o Fundo de Estabilização Fiscal foi prorrogado em 1995 até julho de 1997.

Dutra acrescentou que os estados mais pobres, sobretudo os do Nordeste, perdem mais com a retenção do FEF. E citou o caso de Sergipe, que, segundo o relator da emenda, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), perderia R\$ 50 milhões em

1998. Conforme informou o líder do bloco, esse valor é exatamente igual ao empréstimo que Sergipe teve de tomar junto à Caixa Econômica Federal, com juros de 3% ao mês, para implantar o programa de demissão voluntária do estado.

Já na discussão da proposta de Jefferson, Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção do plenário para as vantagens e desvantagens de, em ano de eleição, transferir-se de julho para o período de 30 dias antes do pleito o recesso parlamentar.

Suplicy destacou que, de um lado, é importante a pos-

sibilidade de, a qualquer momento, diante de fatos relevantes, haver "um pulmão funcionando, e o Congresso é esse pulmão", onde se dá a repercussão dos principais acontecimentos do país. De outro lado, conforme o senador, é um fato a ausência da grande maioria dos parlamentares nos trabalhos legislativos no mês que precede a eleição, já que todos vão para as ruas, praças e programas de televisão defender seus candidatos ou mesmo concorrer a cargos eletivos.

Patrocínio: "Estados são vítimas dos ajustes que se perenizam"

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse sexta-feira que a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) está abalando a saúde financeira dos estados, que se tornaram "as maiores vítimas dos ajustes temporários que se perenizam". A seu ver, as unidades federativas estão, em razão disso, fragilizadas, "o que, necessariamente, repercutirá de forma negativa na União".

Federação significa aliança, pacto, união entre estados-membros. Precisamos manter vivo esse conceito, que parece estar se dissolvendo no limbo, no mesmo lugar onde, durante algum tempo, se esconderam valores como a liberdade, a democracia, a hombridade, entre outros - afirmou. Ele observou que "não se pode cogitar um todo saudável se partes do mesmo todo estiverem doentes".

Lembrando que o FEF tem respondido pelo que deveria ser corrigido pelas

reformas previdenciária, administrativa e fiscal, Patrocínio ressaltou a importância de concretizá-las rapidamente e defendeu a aceleração do ritmo das privatizações e a revisão da Lei Kandir.

O senador entende que o desequilíbrio fiscal, ao estimular o aumento do déficit nas transações com outros países, acarreta mais dependência por poupança externa. Em consequência, acrescentou, os juros internos se mantêm em patamares muito elevados, restringindo o crescimento da economia nacional

e provocando desemprego, baixos salários e poucos investimentos. "Em suma, menor crescimento da economia, maiores desequilíbrios regionais, mais pobreza, mais fome", afirmou.

Portanto, para banir definitivamente esse fantasma que ameaça a realidade brasileira, aprovemos a prorrogação do FEF até o dia 31 de dezembro de 1999. Mas darei o meu voto na esperança de que esse prazo se extinga realmente antes que se inicie o ano 2000 - frisou.



Patrocínio: é o conceito de Federação, como fica?



Ademir acha que o governo pratica um ato de ilegalidade

Um "verdadeiro crime", na opinião de Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) registrou sexta-feira a posição contrária do seu partido sobre a proposta de emenda constitucional prorrogando o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), por considerar que o governo federal está praticando um "ato de absoluta ilegalidade e de desrespeito à Constituição".

Na sua opinião, o Senado vai cometer um "verdadeiro crime" contra a ordem constitucional ao votar a prorrogação do FEF com efeito retroativo, uma vez que, como observou, o fundo extinguiu-se no último dia 31 de julho. "Há três meses, o governo não tem instrumento legal para continuar fazendo o desconto", frisou.

- Estamos sendo submetidos à exigência do governo federal para que aprovemos uma emenda constitucional que trata de recursos da União com

efeito retroativo. Isso não existe na história do Brasil ou na de qualquer país do mundo - alertou.

ENSINO SUPERIOR

Ademir Andrade destacou ainda a realização da 35ª Reunião do Conselho Nacional da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), em Belém, que se estenderá até o próximo dia 28. Segundo o senador, o tema principal do evento é o seguinte: "Rimam com educação: terra, trabalho e pão".

- Esse lema sintetiza a preocupação do movimento docente das instituições de ensino superior frente às principais lutas dos trabalhadores brasileiros nos dias de hoje, especificamente no que se relaciona à educação, à reforma agrária, ao desemprego e à saúde - afirmou.

Projetos sobre biodiversidade e sobre incentivos à concessão de empregos a jovens têm grande importância para o país e merecem mais atenção do Executivo, reclama o senador

Osmar critica desinteresse de ministros



Jucá: dificuldade para promover a mudança já nas eleições do ano que vem

Fotografia no título de eleitor não é para 98, esclarece Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) disse sexta-feira que o projeto apresentado por ele com o objetivo de incluir fotografia no título eleitoral "é para o futuro", e não para as eleições de 1998. Ele fez essa observação ao comentar declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ilmar Galvão, sobre a inviabilidade de adoção, para as próximas eleições, do novo modelo de título.

- Não é minha intenção que o recadastramento seja já para 1998. Respeito a posição do presidente do TSE e entendo a dificuldade de operacionalização da mudança num curto espaço de tempo - esclareceu o senador.

Jucá defendeu sua proposta, que prevê também o registro, na ficha de inscrição eleitoral, da impressão digital do

eleitor para cruzamento de informações.

- Hoje, o documento que se utiliza para retirar o título eleitoral é a carteira de identidade. Quem emite a carteira de identidade é o governador que vai concorrer à reeleição. Onde existir governador desonesto e comprometimento do secretário de Segurança Pública com o resultado da eleição, poderemos ter uma enxurrada de carteiras de identidade e de títulos eleitorais falsos.

JORNAL

Romero Jucá registrou o décimo quarto aniversário do jornal *Folha de Boa Vista*, "uma das poucas fronteiras de resistência democrática que há no estado, não controlada pela máquina publicitária do governo estadual", como classificou. Para ele, a história do jornal é de luta e combatividade.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) criticou sexta-feira em plenário a "falta de colaboração dos ministros do Trabalho e do Meio Ambiente com vistas à discussão e ao aprimoramento de dois projetos de lei de grande importância para o país".

Uma das matérias, de sua autoria, cria estímulos fiscais à concessão de emprego aos jovens entre 14 e 18 anos. A outra, da qual é relator, regulamenta o acesso aos recursos genéticos e biológicos do país, segundo recomendação da Eco-92 para o disciplinamento do uso da biodiversidade.

Segundo o senador, "há mais de oito meses o ministro Paulo Paiva, do Trabalho, pediu um tempo na tramitação do projeto do 'primeiro emprego', a fim de apresentar algumas sugestões para seu aprimoramento".

Para atender ao ministro, Osmar Dias solicitou a retirada de urgência para apreciação da sua proposta pelo plenário do Senado.

- Até agora, no entanto, o tempo passou e nada aconteceu - lamentou o senador.

Em resposta a apelo por ele feito à Mesa, Osmar Dias foi informado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que ocupava a presidência dos trabalhos, de que a assessoria já recebeu orientação para apurar a situação do projeto e prepará-lo para a pauta.

Quanto ao projeto que re-



Osmar: o que tem o Fundo de Estabilização a ver com biodiversidade?

gulamenta o acesso aos recursos da biodiversidade brasileira, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), ele disse que, por entender que "o assunto pudesse interessar ao ministro do Meio Ambiente", solicitou há muito tempo uma audiência, mas até o momento não foi recebido por Gustavo Krause.

- Sua Excelência diz que só vai me atender depois que o FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) for aprovado. O que tem o FEF com o projeto que quero discutir com o ministro do Meio Ambiente? - ponderou o senador.

Osmar Dias destacou a importância da regulamentação do acesso aos recursos genéticos do país e apelou ao presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Ademir Andrade (PSB-PA), para que ponha o projeto imediatamente em votação.

Em apertes, ele recebeu o apoio e a solidariedade da senadora Marina Silva, bem como do senador Ademir

Andrade, que considerou "grave a denúncia de que o ministro subordina a discussão do projeto à aprovação do FEF".

CÂNCER

Osmar Dias aproveitou o pronunciamento para registrar sua satisfação com a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, de projeto de sua autoria que libera os médicos para receitarem medicamentos à base de entorpecentes a portadores de câncer, que sofrem muito com as dores da enfermidade.

A legislação brasileira, segundo o senador, não distingue a recomendação médica para o uso controlado de remédios à base de entorpecentes, no tratamento das dores intensas do câncer, por exemplo, dos crimes cometidos por traficantes de drogas.

- Creio que este é um projeto pioneiro no mundo. Estamos, no Brasil, iniciando este movimento - disse ele.

Jonas reclama da lentidão do governo na Lei de Cultivares

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) cobrou do governo federal na sexta-feira a operacionalização da Lei de Cultivares, publicada em 28 de abril, com o estabelecimento (artigo 34) de um prazo de 90 dias para sua regulamentação. Esse prazo venceu em 27 de julho e, até agora, lamenta, o governo não editou esse regulamento, indispensável para que a lei possa produzir seus efeitos sobre a economia rural do país.

A demora na regulamentação da lei, advertiu, "tem provocado uma frustração e uma grande preocupação por parte dos segmentos interessados e um prejuízo para os produtores de sementes e mudas, para os produtores rurais e para os consumidores brasileiros".

No entender de Jonas Pinheiro, a Lei de Cultivares "possibilitará que o Brasil aumente a sua inserção no campo internacional".



Jonas: meio ano de atraso

Projeto aprovado de Pedro Simon estabelece condições para nomeação de presidente e diretores da Comissão de Valores Mobiliários

Senado deve aprovar dirigentes da CVM

Os nomes do presidente e dos quatro diretores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) terão de ser aprovados pelo Senado, de acordo com projeto aprovado pela CCJ de forma terminativa e que será encaminhado nesta semana à Câmara dos Deputados. O projeto é do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e prevê que as demissões também terão de ser submetidas pelo presidente da República aos senadores.

O projeto muda um artigo da Lei 6.385/76, que trata do mercado de ações, e proíbe que ex-dirigentes da CVM trabalhem ou tenham qualquer vínculo com empresas (ou coligadas) do sistema financeiro, da área de previdência ou de seguros nos seis meses após deixarem seus cargos. Nesse período, eles continuarão recebendo do governo o mesmo salário que tinham na CVM. Pela proposta,



Simon: proposta amplia participação e responsabilidade do Legislativo

eles ficarão impedidos inclusive de comprar ações, debêntures ou qualquer título dessas mesmas empresas.

Pedro Simon argumenta que sua proposta amplia a participação e a responsabilidade do Legislativo no processo de controle dos atos do governo. O senador pondera que o período em que os ex-dirigentes da CVM ficam impedidos de trabalhar no setor financeiro evitará a utilização de in-

formações privilegiadas obtidas durante o exercício de seus cargos.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator do projeto na CCJ, apresentou um substitutivo à proposta de Simon, estabelecendo, entre outras coisas, que a utilização de informações privilegiadas por ex-dirigentes da CVM colocará os infratores na mesma situação dos casos de crimes de violação do sigilo bancário.

Ignácio pede maior assistência odontológica

O Dia do Cirurgião-Dentista, comemorado no dia 25 de outubro, foi lembrado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que pediu o esforço do poder público para possibilitar o acesso dos menos favorecidos ao atendimento odontológico. Segundo o senador, "não se pode admitir que o benefício continue sendo oferecido apenas a uma quantidade infinita de brasilei-



Ignácio: saúde para todos

culares oferecidos por 90% dos dentistas que exercem a profissão. O senador classificou o quadro como "lamentável num país em que a tecnologia da odontologia praticada configura-se como uma das mais avançadas do mundo".

José Ignácio Ferreira considerou esses dados importantes para subsidiar ações governamentais com o objetivo de "ra-

cionalizar a utilização dessa mão-de-obra altamente qualificada". A seu ver, a atual realidade contraria frontalmente a meta principal do governo de oferecer serviços de saúde a toda população.

cionalizar a utilização dessa mão-de-obra altamente qualificada". A seu ver, a atual realidade contraria frontalmente a meta principal do governo de oferecer serviços de saúde a toda população.

Projeto que protege carro em shopping vai à Câmara

O Senado enviou à Câmara dos Deputados projeto de lei, aprovado de forma terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que obriga todo estabelecimento comercial que ofereça estacionamento para seus clientes a indenizar o dono de carro roubado na área. O projeto é de autoria do senador Valmir Campelo (PTB-DF).

O senador argumenta que o estacionamento se transformou numa forma de atra-

ção de consumidores e os shoppings ou supermercados que oferecem tal conforto a seus usuários já embutiram nos seus preços o custo desta despesa. Assim, nada mais justo que eles sejam responsáveis pelo ressarcimento de um veículo roubado. Valmir Campelo lembra que muitos shoppings e supermercados mantêm intensa segurança nos estacionamentos e costumam indenizar os proprietários de carros roubados, apesar de não existir

uma lei que trate do assunto.

O relator da matéria na CCJ, senador José Fogaça (PMDB-RS), lembrou que desde a década passada ocorrem ações na Justiça de pessoas tentando esse tipo de ressarcimento. Já existem decisões de tribunais superiores sobre o assunto. Fogaça cita casos em que a Justiça determinou ressarcimento por roubos em estacionamentos de banco e de cooperativa de consumo.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o presidente da OAB-Distrito Federal, Luiz Felipe Correa, sobre as penas alternativas e a defensoria pública como saída para a crise do sistema penitenciário (representação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (representação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Júlio Campos (PFL-MT) e o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre a emenda de extinção do 2º turno nas eleições de prefeitos e governadores (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o presidente da OAB-Distrito Federal, Luiz Felipe Correa (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais (pré-gravada em 22/10)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos (pré-gravada em 22/10/97)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos de 23/10 (representação)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 1h - Debate entre o senador Júlio Campos e o senador José Eduardo Dutra (representação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Senador observa que as empresas, em virtude da tecnologia avançada e da importação de peças, não geram emprego nem impostos, e podem se tornar uma bomba de efeito retardado nos estados

Excesso de montadoras preocupa Jefferson

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lamentou sexta-feira que o governo federal não disponha de uma política industrial e que o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, em relação ao setor automotivo, só tenha se definido quanto às importações.

Para o senador, a proliferação de montadoras no país é preocupante, pois essas empresas não estão se instalando aqui por força do mercado, mas atraídas por estímulos artificiais dados por governos estaduais. Esses incentivos, a seu ver, "podem se constituir numa bomba de efeito retardado, a estourar dentro de dois ou três anos".

Jefferson destacou estudo publicado pela revista inglesa

The Economist, alertando para o excesso de oferta de automóveis em relação à demanda existente hoje no mundo e advertindo que esse crescimento tende a se agravar nos países de economia emergente.

- O Brasil será, no ano 2000, o quinto maior produtor de automóveis, com uma produção de 3 milhões de unidades. Não é preciso ser economista para saber que teremos um excesso de oferta extremamente danoso para o país a curto prazo porque o mercado interno não absorverá essa produção excessiva e não teremos condições de colocá-la no mercado externo - salientou.

O senador disse ser difícil entender a vantagem da criação de dezenas de indústrias

automobilísticas no país. A seu ver, as montadoras, em virtude da tecnologia avançada, não geram emprego. Como não suscitam a instalação de fábricas de autopeças, não geram impostos, além de provocarem congestionamentos nas cidades, causando poluição atmosférica, salientou.

- É lamentável que isso aconteça. Estamos com um perigo iminente, temos um alerta de uma publicação econômica idônea e, no entanto, não vi nenhuma ação do governo federal no sentido de tomar iniciativas que procurem evitar esse desastre - afirmou Jefferson Péres.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) apoiaram o pronunciamento.



Jefferson: atenção ao alerta feito por *The Economist*

Área de livre comércio no Acre agrada a Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) qualificou sexta-feira como da maior importância documento enviado pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, sugerindo a implementação da Área de Livre Comércio entre as cidades de Brasília e Epitaciolândia, na área de fronteira do Acre com a Bolívia.

Ela alertou, a propósito, para o risco de se instalarem atividades ilícitas, como o narcotráfico, entre populações que estão sem alternativas de sobrevivência, especialmente porque toda a atividade econômica se transferiu para o lado boliviano, onde já existe isenção fiscal.

Marina ponderou que, atualmente, até o atendimento de saúde especializado é feito do lado boliviano e que Brasília se tornou uma cidade-dormitório no lado brasileiro, enquanto todas as atividades de circulação de moeda acontecem do lado do país vizinho.

Em razão da crise por que passam os municípios da área e por "contar o projeto com apoio de toda a bancada" do Acre, a senadora encaminhou ofício ao titular

da SAE, que, segundo Marina, aceitou convite para visitar os municípios de Brasília e Epitaciolândia, provavelmente até o próximo dia 5 de novembro.

A senadora registrou a doação de uma usina de borracha natural e assinatura de convênio para a venda de borracha bruta nos estados da Amazônia. Ela informou que, através do convênio, ficou definido que o preço do quilo da borracha, para as comunidades tradicionais, passará de R\$ 0,30 para R\$ 1,30. Marina disse que "pode parecer insignificante mas se trata de melhora significativa", com repercussão na vida de cerca de 300 mil pessoas que vivem dessa atividade.



Marina: solução à vista

Resposta de Malan sobre HSBC não satisfaz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse sexta-feira que pedirá o "enquadramento do ministro da Fazenda nas penalidades do artigo 50 da Constituição", caso aquela autoridade persista em não responder satisfatoriamente aos requerimentos de informação a ele dirigidos pelo senador.

Eduardo Suplicy explicou que, depois de "enorme e inexplicável demora", recebeu, no último dia 9, ofício do ministro da Fazenda, Pedro Malan, anexando ofício do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, "com respostas mais uma vez incompletas" às perguntas que fez sobre a transferência de parte do Bamerindus para o banco inglês HSBC".

Em vista disso, o senador comunicou à Mesa que está apresentando novo requerimento de informação para obter as respostas que ficaram pendentes, fazendo a advertência de que não tolerará mais do governo "a atitude



Suplicy: "atitude misteriosa"

misteriosa que tem tido nos últimos meses".

Entre as respostas que o senador considerou insuficientes, inclui-se a informação de que parte do aporte de capital de US\$ 930 milhões a título de capitalização do Bamerindus havia sido feita em títulos e parte em dinheiro.

Depois - conforme o senador -, em artigo assinado, publicado na *Folha de S. Paulo*, o presidente do Banco Central dera informação diferente, mencionando que a capitalização teria sido integralmen-

te em dinheiro, num montante de "cerca de R\$1 bilhão, trazido em dinheiro vivo".

Contudo, no documento enviado por Malan - disse Suplicy - o presidente do BC acrescenta que a entrada líquida de dólares decorrente da operação de compra de parte do Bamerindus pelo HSBC "foi muito menor do que o divulgado na época da operação e em manifestações oficiais posteriores".

Eduardo Suplicy enfatiza que o mais grave é que, até agora, a opinião pública não sabia que o acordo negociado com o HSBC envolveu, também, um dispêndio expressivo de reservas do Banco Central para aquisição de títulos da dívida externa no exterior.

O saldo dessa confusão, entende o senador, é que se, em todas as partes do mundo, as autoridades reconhecem publicamente quão importante é a credibilidade para o desempenho das funções do BC, "é isso que tem faltado ao Banco Central no Brasil", assegurou.